

Capitão QOPM ROBERTINHO DA LUZ DOLENGA

**A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA TELEVISIVO DE RESPONSABILIDADE
DA PMPR**

Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em Convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientador Metodológico: Profa. Dra. Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo: Cel. PM RR Ademir

Leandro

CURITIBA

2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, *in memoria*, Maria da Luz Silva, que me deixou fisicamente durante o desenvolvimento desse curso, mas que é responsável por mais essa minha conquista, seja pelo amor e ensinamentos que me dedicou ou pela sensação de sua presença, que me fortalece e me acalma, apesar da imensa saudade que sinto.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que sou.

Ao meu pai, *in memorian*, 1º Ten PM RR Miguel Pedro Dolenga Filho e a minha mãe, *in memorian*, Maria da Luz Silva, responsáveis por todas as vitórias de minha vida.

A Elaine Marcante, minha esposa e futura mãe de meu filho, amiga e incentivadora, obrigado pelo auxílio na conclusão desse trabalho e pelo amor incondicional, compreensão e paciência que sempre me dispensou.

Ao Sr. Cel. PM RR Ademir Leandro, orientador de conteúdo, pelo apoio na realização do presente trabalho.

À Professora Sônia Maria Breda, orientadora metodológica, pelas orientações e pela forma e disposição como conduziu o processo de produção do conhecimento.

Ao amigo Capitão Getúlio, colega de curso e de viagem e ao amigo Capitão Aymoré, com quem dividi momentos agradáveis, capazes de suplantarem as dificuldades que surgiram.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão dessa caminhada, o especial e reconhecido agradecimento.

RESUMO

Este estudo verifica a interveniência da implantação de um programa televisivo sob responsabilidade da Polícia Militar do Paraná como instrumento de influência midiática no processo de redução da criminalidade e da violência, tendo como objetivo principal demonstrar a importância em se definir a linha editorial a ser seguida nos programas televisivos, entendida como política de ação da Corporação diante do cenário de segurança pública existente. Isto porque a linha editorial está ligada diretamente à capacidade de influenciar na construção da mensagem ou idéia que se pretende internalizar no telespectador. Dessa forma, a percepção comunitária acerca do grau de satisfação, confiança e imagem da sociedade em relação à PMPR, bem como a verificação da disposição da comunidade em auxiliar a PM ocorre por meio de pesquisa de campo na cidade de Maringá – Pr. A análise dos resultados da pesquisa estabelece a linha de ação, e nesse sentido se revela que a política da Organização deve contemplar a participação comunitária no processo de redução da violência, por meio de sugestões e denúncias, tendo em vista a constatação dessa suscetibilidade. Este estudo demonstra que a definição da linha de ação possibilita o direcionamento da reformulação de conceitos e a forma de a sociedade ver a PM, incidindo como resultado final, na redução da violência. Nesta direção, constata-se que para se influir na realidade, é necessário perceber o cenário de segurança pública existente a fim de que as ações do instrumento midiático institucional sejam efetivas e eficazes na busca da transformação social, visando, dessa forma, ao bem comum e da Instituição Policial Militar.

Palavras-chave: Programa televisivo. Polícia Militar. Linha Editorial. Influência Midiática. Redução da Criminalidade e Violência.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– POPULAÇÃO RESIDENTE EM MARINGÁ.....	39
QUADRO 2	– OBJETIVOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	–	SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE	43
GRÁFICO 2	–	SATISFAÇÃO DA COMUNIDADE COM O TRABALHO DA PM....	44
GRÁFICO 3	–	TEMA QUE MAIS PREOCUPA A COMUNIDADE BRASILEIRA..	45
GRÁFICO 4	–	CONFIANÇA DA COMUNIDADE NA POLÍCIA MILITAR.....	45
GRÁFICO 5	–	FATORES QUE PREJUDICAM A PM NO COMBATE AO CRIME.....	46
GRÁFICO 6	–	AUXÍLIO COMUNITÁRIO À PM CONTRA A VIOLÊNCIA.....	46
GRÁFICO 7	–	IMAGEM TRANSMITIDA PELA PM À COMUNIDADE.....	47
GRÁFICO 8	–	RELAÇÃO ENTRE A PREOCUPAÇÃO COMUNITÁRIA E OS FATORES QUE CAUSAM PREJUÍZO À PM NO COMBATE AO CRIME.....	48
GRÁFICO 9	–	RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE POUCA SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO E O AUXÍLIO COMUNITÁRIO NO COMBATE À VIOLÊNCIA.....	48
GRÁFICO 10	–	RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE CONFIANÇA OU CONFIANÇA PARCIAL E A IMAGEM TRANSMITIDA PELA POLÍCIA MILITAR.....	49
GRÁFICO 11	–	RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2º GRAU E NÍVEL SUPERIOR) E O AUXÍLIO COMUNITÁRIO À PM NO COMBATE À VIOLÊNCIA.....	49
GRÁFICO 12	–	RELAÇÃO ENTRE A RENDA MENSAL (ATÉ 6 SALÁRIOS MÍNIMOS) E A IMAGEM TRANSMITIDA PELA PM.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	– Artigo
CAO	– Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
Cap.	– Capitão
Cel.	– Coronel
CGI	– Comitê Gestor de Internet no Brasil
Cmt	– Comandante
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
OPM	– Organização Policial-Militar
OMS	– Organização Mundial da Saúde
PM	– Policial Militar
PR	– Paraná
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
QOPM	– Quadro de Oficiais Policiais-Militares
TV	– Televisão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
2 OBJETIVOS.....	16
2.1 OBJETIVO GERAL.....	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3 LITERATURA PERTINENTE.....	17
3.1 VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E CULTURA.....	17
3.2 CULTURA DO MEDO.....	20
3.3 POLÍCIA MILITAR E SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
3.4 POLÍCIA, SOCIEDADE E SEGURANÇA.....	26
3.5 TELEVISÃO E INFLUÊNCIA.....	28
3.6 A VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO.....	31
3.7 A MÍDIA E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE – A IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA TELEVISIVO DA PMPR.....	32
4 METODOLOGIA.....	37
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	37
4.2 SELEÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	38
4.3 MÉTODO E INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	41
4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	41
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	56

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de revisão e mudança no sistema policial brasileiro tem sido assunto amplamente discutido pelos vários segmentos da sociedade. Sugerem-se alterações das mais diversas, de mudanças parciais até a extinção do sistema atual e constituição de um novo modelo policial. As propostas apresentadas são, em sua maioria, inconsistentes quanto a sua aplicabilidade e carece de maior profundidade, demonstrando confrontos sob aspectos negativos e positivos, o que tem determinado o desinteresse por eventuais iniciativas.

A violência e a criminalidade atingiram seus patamares máximos, exteriorizando de um lado o medo e o desejo urgente da sociedade por segurança e de outro a preocupação e dificuldade governamental em proteger o cidadão. Mesmo os organismos responsáveis pela segurança no Brasil questionam suas eficiências e discutem internamente, a sustentação das formas existentes de combate ao crime.

Nesse ambiente conflitante, a Polícia Militar do Paraná, constitucionalmente responsável pela preservação da ordem pública, vem assumindo, diante da tentativa de reverter o quadro de insegurança, uma nova postura que possibilite intervenções sobre a conduta da comunidade, no sentido de que esta também tem parcela na problemática social.

Para a execução dessa proposta, verificou-se, como ferramenta poderosa, a apresentação de um programa televisivo de responsabilidade da Polícia Militar do Paraná. Nesse contexto, um programa de televisão como instrumento de influência cultural pode cumprir papel importante na redução das taxas de criminalidade e violência, haja vista esse meio de comunicação ter abrangência maior e capacidade de convencimento que produz resultados mais amplos e duradouros se comparados com outros meios utilizados.

Assim, o presente trabalho buscou saber qual seria a contribuição da mídia institucional para o contexto de segurança pública, de modo a servir de referência para eventuais ações dessa natureza.

Sabe-se que a produção de programas televisivos passa pela execução de ações e integração de diversos setores: do comercial, que viabiliza a execução do trabalho; do operacional, que dá sustentação técnica ao programa; da produção, que coordena, projeta e idealiza o programa e, dependendo de como funcione o programa, do setor jornalístico, que dá suporte para os assuntos tratados na TV. A

intenção desse trabalho não foi de estabelecer como será o programa televisivo sob responsabilidade da PMPR; se obedecerá ao gênero de entrevistas, de debates, de documentário; qual seu tempo de duração ou qual a periodicidade de emissões terá o programa, ou ainda como serão custeados os gastos relativos à sua exibição televisiva.

Este estudo se propôs a refletir sobre a influência mediática na redução da violência e sobre a importância em se definir qual a linha editorial que deve envolver os programas televisivos da PMPR em face do contexto de segurança constatado junto à comunidade, que está ligada diretamente à capacidade de influenciar na construção da mensagem ou idéia que se pretende internacionalizar no telespectador.

Cabe destacar que Inicialmente a proposta deste trabalho monográfico foi de elaborar o estudo voltado à caracterização dos benefícios proporcionados à comunidade e à Polícia Militar por meio da influência midiática de um programa televisivo de responsabilidade da PMPR, especialmente com relação à redução da criminalidade e da violência.

O objetivo principal consistia em definir o público alvo do programa televisivo sob responsabilidade da PMPR, porém, após sucessivas abordagens às fontes bibliográficas, decidiu-se direcionar o estudo de sorte a demonstrar a importância em se definir qual linha editorial deve ser seguida pelos programas televisivos, diante do grau de satisfação e confiabilidade da comunidade em relação à segurança pública e à PMPR ou pela disposição da população desenvolver ações que auxiliem no combate à violência. O entendimento deste autor é que essa nova abordagem representa uma contribuição mais expressiva para a Organização Policial Militar, por demonstrar que a forma e o conteúdo dos programas a ser exibidos, ou seja, da linha ou política de quem dirige o veículo de comunicação, vai influenciar decisivamente na construção da mensagem ou idéia que se pretende internalizar no telespectador.

Essa monografia está dividida em seis partes. A primeira parte apresenta além da introdução ao tema, a delimitação do problema e a justificativa para o desenvolvimento do estudo. Nesse momento, é exposto a forma como o trabalho desenvolveu-se, bem como qual a investigação realizada e a contribuição que o estudo pode proporcionar.

A segunda parte consiste na indicação dos objetivos propostos do estudo, de sorte a estabelecer o que se pretende com o trabalho, ou seja, em demonstrar a importância em se definir a linha a ser seguida pelo programa televisivo sob responsabilidade da PMPR.

Na terceira parte ocorre a sistematização das idéias e a fundamentação da pesquisa, dando atenção à capacidade de influência de um programa televisivo da PMPR no processo de diminuição do fenômeno da criminalidade e violência e à importância da utilização de um veículo de comunicação pela organização, como instrumento de transformação social.

A quarta parte apresenta o encaminhamento metodológico adotado no trabalho, bem como a descrição do tipo de pesquisa desenvolvida e o percurso realizado para a consecução do resultado.

No quinto segmento ocorre a demonstração do material de análise e discussão dos resultados da pesquisa de campo. Nesse segmento também ocorrem reflexões baseadas na fundamentação teórica quanto à relação entre a influência mediática na redução da violência e sobre a linha editorial que deve envolver os programas televisivos da PMPR em face do contexto de segurança constatado junto à comunidade.

Finalmente, a sexta parte deste estudo conclui com a apresentação das considerações finais. É colocado o panorama visualizado a partir dos dados coletados na pesquisa, bem como o entendimento científico que se alcançou.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Ações atualmente desenvolvidas pela PMPR, embora merecedoras de elogios quanto à tentativa de interação com a comunidade e de enfrentamento da violência, encontram seus obstáculos na dificuldade em atingir ao mesmo tempo, o maior número de pessoas. Além disso, trabalhar o problema de forma compartimentada contribui para falhas e insuficiência nas soluções.

Paralelamente, o entendimento tradicional e equivocado de que a criminalidade é caso de polícia, tem conduzido a opinião pública e a política dos gestores do poder público no sentido que a estratégia deve ser voltada ao aumento do contingente das polícias e ao enrijecimento da lei penal.

A busca pelo bem-estar social fundamenta a adoção de ações estratégicas que direcionem o comportamento humano. A gestão pela polícia Militar deve atingir outra dimensão, mais importante do que a alocação de policiais nas vias públicas ou maximização dos recursos materiais.

O melhor caminho passa por ações objetivas e concretas, por meio da implantação de um modelo de atuação, que privilegie o desenvolvimento da reflexão social e de uma nova visão de segurança pública, e que objetive uma mudança cultural da população com relação ao comportamento de cada um no universo da segurança pública.

O desenvolvimento de um programa televisivo voltado à produção e difusão de um conhecimento, que proporcione melhoria da qualidade de vida dos cidadãos no que tange à segurança pública, vem de encontro com a atual tendência de atuação das polícias no cenário de segurança, ou seja, o de 'polícia cidadã', com o papel da televisão como responsável pela formação da opinião pública que contemple uma sociedade mais justa.

A análise desse cenário trouxe à tona dois vieses, um na resistência natural da pessoa humana às mudanças, outro na dificuldade em entender que também é responsável na consecução do bem estar comum.

Nesse sentido, somam-se também como obstáculos à implantação de um programa televisivo sob responsabilidade da polícia militar, a imagem estereotipada da Polícia Militar, cunhada por ações de arbitrariedades vivenciadas pela comunidade em anos de ditadura militar no Brasil, e a dilaceração do tecido moral da Instituição, diante de escândalos de corrupção, violência e de envolvimento de policiais com o crime, amplamente divulgadas diariamente pela imprensa. Tais fatos, juntamente com as dificuldades estruturais e operacionais do órgão policial militar acabam por enraizar-se na cultura da sociedade de forma desvirtuada por meio de um entendimento de ineficiência e despreparo da Instituição perante a opinião pública.

Nesse contexto e diante da vasta programação televisiva colocada à disposição do telespectador, um programa midiático da Polícia Militar, cujo objetivo principal visa à mudança do comportamento coletivo, deve primordialmente despertar o interesse e a simpatia no público assistente sob pena de estar fadado ao insucesso, caso não tenha audiência satisfatória.

A programação televisiva se apresenta sob variadas tipificações,

denominadas como gêneros, tais como: documentário, telejornal, telenovela, programa de debates, programas educativos, informativos etc. Também seus conteúdos incluem modelos e formatos diversos de apresentação, mas que constituem a busca em atingir determinado objetivo perante seu público.

Sem adentrar numa análise aprofundada acerca da temática, o programa televisivo como produto de comunicação de massa, diante da cultura mediática contemporânea, deve ser conduzido sob uma estratégia de comunicabilidade, visando facilitar a interação entre as pessoas e o produto de comunicação, considerando todos os componentes adversos.

Buscando atingir seu objetivo, o programa televisivo deve atrair o interesse do público, diante do que se faz fundamental estabelecer qual a linha a ser seguida nos programas que serão apresentados, seja esta voltada à aproximação com a comunidade, ao resgate da credibilidade da organização, à mudança da imagem da instituição, ao fortalecimento da confiança, ao incentivo à participação comunitária, à promoção da dignidade humana, à valorização da profissão policial militar, à exposição da problemática de segurança pública etc.

Segundo Pena (2005, p. 141), linha editorial é uma política predeterminada pela direção do veículo de comunicação ou pela diretoria da empresa que determina "a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo; ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem".

A linha a ser seguida estabelece ainda o modo como o programa será apresentado de acordo com o ambiente constatado; define quais termos devem ser usados, e qual a hierarquia que cada conteúdo terá na apresentação, de forma a alinhar os objetivos da Instituição e a expectativa do telespetador.

Assim, se por um lado a implantação de um programa televisivo de responsabilidade da Polícia Militar do Paraná, como instrumento de interação entre Polícia Militar e comunidade, se mostra poderoso para a redução da criminalidade e da violência, em face da influência que esse meio de comunicação exerce sobre o comportamento humano, por outro, diante dos obstáculos existentes, pode tornar-se mais um programa de televisão que somente preenche as lacunas entre os ditos 'horários nobres'.

Sob a análise desse contexto se formulou o seguinte problema: qual a linha a ser seguida pelo programa televisivo sob responsabilidade da PMPR?

1.2 JUSTIFICATIVA

A perversidade humana, exteriorizada nos cometimentos de crimes, causa forte impacto sobre as pessoas. Percebe-se a expressão da tristeza, o pânico, a revolta e o desejo por segurança que não está presente de forma plena. O convívio mútuo compartilha a violência vivida e estabelece o medo.

Como consequência, o medo gerado leva as pessoas às mais diversas reações, desde a reclusão e a submissão, até outras voltadas à violência, como forma de resposta aos estímulos externos. O aumento da criminalidade proporciona prejuízos para o convívio em harmonia entre as pessoas. Os crimes ocorrem diuturnamente e apresentam-se dificilmente controláveis para o poder público. Assim, observa-se um cenário de graves problemas de segurança pública no Brasil.

A busca pela redução dos índices de criminalidade se apresenta como um dos grandes desafios da sociedade moderna. Neste sentido, o Estado concebeu os órgãos para a manutenção da segurança pública e a Polícia Militar do Paraná, também responsável por tal missão, deve adotar ações que contribuam na reversão desse quadro de insegurança e que proporcionem o bem-estar social. Assim, a mudança da cultura de segurança da população, como somatório nessa busca, implica em adoção de novos comportamentos e novas atitudes das pessoas na luta contra a violência, produzindo, diante da percepção, uma cultura de comprometimento pessoal de cada um ou de um grupo de pessoas, enquanto co-responsáveis pela melhoria do bem comum, notadamente exacerbado pela melhora da condição de segurança que esse comportamento pró-ativo proporciona.

Partindo do entendimento de que a televisão é o meio de comunicação de massa mais abrangente e acessível do país, de seu alto poder em alterar e conduzir o comportamento das pessoas, e do ambiente receptível que o desejo por segurança estabelece, percebe-se que a apresentação de um programa televisivo voltado para a produção de uma nova cultura de combate à violência e à criminalidade por parte dos cidadãos, surge como poderosa ferramenta na consecução do interesse público.

Assim, o estudo se justificou pela pertinência dos fatores arrolados e nessa visão, apresentou a importância da implantação de um programa televisivo sob responsabilidade da PMPR como incremento nas ações do poder público para reverter os índices de violência e criminalidade.

Também, pelo fato de não existir atualmente, na Polícia Militar do Paraná, qualquer estudo sobre o assunto, o que ensejou sugestão do Escalão Superior, por meio da Coordenação do Curso, para que este autor desenvolvesse o presente trabalho, o que demonstrou a preocupação e o interesse da Instituição pela questão.

Justificou-se ainda pelo desejo latente da comunidade por paz, que remete a ação policial a um campo que transcende o sistema de segurança pública atual – o sistema de proteção social e de respeito à dignidade humana.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Constitui objetivo geral do estudo:

Demonstrar a importância em se definir a linha editorial a ser seguida pelo programa televisivo sob responsabilidade da Polícia Militar do Paraná.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constituem objetivos específicos do estudo:

- a. Demonstrar o grau de confiança e de satisfação da comunidade em relação à PMPR;
- b. Demonstrar a possibilidade da influência do programa televisivo da PMPR na redução da violência e criminalidade;
- c. Demonstrar a disposição da sociedade em relação à segurança pública;
- d. Verificar a imagem que a comunidade tem da PMPR.

3 LITERATURA PERTINENTE

3.1 VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E CULTURA

Violência, como fator social, é um fato que remete aos primórdios da civilização. A violência que se observa hoje não é outra coisa senão o resultado dessa violência cunhada durante séculos pelos poderes dominantes e culturalmente aceita pelo restante da sociedade. É um fator intrínseco à própria história do homem.

O propósito deste trabalho não foi de tratar a violência sob essa contextualização histórico-social, cuja análise exigiria aprofundado e qualificado estudo. O que se pretendeu foi um estudo sob a ótica de como a cultura (instituída pela vivência no cotidiano humano) desse fenômeno potencializa a sensação de insegurança e de medo, favorecendo a ocorrência da criminalidade, por meio de sua influência no comportamento humano.

Violência pode estar em várias situações do cotidiano da sociedade, muitas vezes, no entanto, sem sequer se fazer perceber. Nesse sentido, temos a violência inter-relacionada em todos os espaços de nossa vivência, intrinsecamente ligada ao nosso cotidiano e efetivamente fazendo parte de nossa cultura.

Assim, para Moraes (1990, p. 79), “A violência é típica do ser humano. Ao longo de toda a história ela se tem feito presente. Ela sempre se originou de necessidades e interesses antagônicos geradores de um clima de disputa, de medição de forças”.

Como a história das sociedades sempre foi pautada nas desigualdades entre os homens, entre ricos e pobres, dominantes e dominados, incluídos e excluídos, o que o autor acima citado diz corrobora com a visão de que a história humana foi e é construída em conjunto com a cultura da violência.

Para o Dicionário de Direitos Humanos, a violência significa todo e qualquer ato que atente à dignidade, à liberdade e à integridade física e psíquica do indivíduo, produzindo-lhe dor, sofrimento ou qualquer forma de limitação ao seu bem-estar ou ao exercício livre de seus direitos.

Deve-se ter em mente que violência não se restringe ao uso da força, do tiro do revólver, da ameaça explícita, daquilo que segundo o senso comum, é visível a olho nu, que deixa marcas no corpo. Violência é algo muito mais complexo, que

comporta uma série de tipificações, e que pode se manifestar de diversas maneiras diferentes dentro da sociedade, da família, dos diversos grupos em que o indivíduo esteja inserido, sendo a violência física só mais um tipo dentre tantos.

A violência revela-se como manifestação dos conflitos vivenciados no dia-a-dia da vida social, explicitada sob a forma da violência física ou psicológica, dos assaltos e assassinatos, do tráfico de drogas e da prática do contrabando, dos preconceitos raciais e religiosos, das fraudes econômicas, da corrupção de políticos e agentes públicos, da exclusão econômica, dos crimes contra a economia popular e do assédio sexual, das guerras e terrorismo, dos abusos e acidentes no trânsito e do desrespeito ao ser humano.

Todas essas formas de violência passam, então, a fazer parte de nosso cotidiano, convertendo-se em uma cultura de violência, em que a percepção desse fenômeno cria manifestações de sentimentos, atitudes e hábitos nas pessoas, que contribuem para a ocorrência de mais violência e de crime.

A população tem medo de sair à noite, medo de usar objetos de alto valor em seu vestuário, medo de ser ludibriada pelo vendedor. O medo, assim como a violência se institucionalizou nos centros urbanos da sociedade. Nesse sentido, assevera Lopes (2008, p. 92), ao dizer que:

Essa institucionalização do medo e da violência faz com que aceitemos a emergência de uma nova forma de vida, uma forma na qual o funcionamento das coisas, a lógica do ir e vir, a ordem das instituições, tudo é alterado para configurar-se às exigências dessa sociedade alicerçada na cultura da violência.

Ao mencionar centros urbanos, esse estudo analisa o urbano no sentido de aglomeração de pessoas que vivem e convivem em um mesmo espaço, mesmo que este seja diminuto, diferentemente do sentido de 'cidade grande', o que significa dizer que independente da delimitação, esse espaço físico comporta pessoas que são parte de qualquer coletividade, pois as mesmas condições e interferências afetam qualquer relação e grupo social.

Surgem como estímulos da violência, a desigualdade social, a má distribuição de renda, o desemprego, a falta de planejamento familiar nas populações de baixa renda, o desemprego, os conflitos interpessoais, o excesso de destaque da mídia a questões relacionadas aos crimes, o elevado índice de criminalidade e muitos outros.

A questão da violência reflete diretamente no acréscimo da criminalidade, a qual assume o topo das preocupações governamentais e da sociedade. Todos os níveis sociais são atingidos pela criminalidade, e os vários setores do poder público se mobilizam na tentativa de frear suas conseqüências, especialmente as áreas de saúde e de segurança.

Destacam-se como causas sociais da criminalidade no Brasil: a miséria, o alcoolismo, as drogas, o desemprego, o analfabetismo, a delinqüência juvenil, o crescimento desordenado das cidades. É certo que a pobreza não é causa da violência, já que nem todas as localidades pobres possuem elevado índice de criminalidade. Entretanto, a diversidade extrema entre riqueza e pobreza, aflorando numa profunda desigualdade social, promove a insatisfação e revolta dos indivíduos das populações carentes de recursos econômicos, que vêem no crime uma alternativa para satisfazer as necessidades de consumo imediatas (BOSCHI, 1982, p. 29-74).

Esse quadro crescente de instabilidade socioeconômica dá origem a um problema público que interfere na ordem social. Assim, identificamos um quadro propenso ao caos, já que “a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades” (WACQUARD, 2001, p. 8).

A convivência social com o crime e com a violência estabelece uma contribuição para entendê-la e aceitá-la como normal, o que leva o cidadão a caracterizá-la, muitas vezes, como essência da natureza do homem. Nesse sentido, culturalmente formada, a violência passa a ser utilizada por questão de oportunidade, por afirmação de identidade socialmente negada, por explosão de raiva, por demonstração de frustração e como forma de defesa, dentre outras, passando a ser a violência, o próprio conteúdo das ações sociais.

Assim, o fenômeno da violência, entendida como resultado de cultura está presente no dia-a-dia de todos, exacerbada por atitudes humanas que contribuem para a formação de uma condição de insegurança, determinando o paradoxo de que o homem é vetor daquilo que deseja parar.

3.2 CULTURA DO MEDO

O medo é um sentimento natural e se manifesta em todos os seres vivos. O medo surge com a finalidade de alertar quanto aos perigos, independente quais sejam suas formas.

Delumeau citado por Baierl (2004, p.48) afirma que:

O ser humano é o único ser que antecipa a sua morte, pois sabe desde cedo que um dia morrerá. Enquanto o medo dos animais é fixo, idêntico e imutável, na espécie humana ele ganha uma multiplicidade de formas não estáticas, mas em profundas mudanças, pois é construído culturalmente. Cada cultura e cada sociedade constroem compreensões do significado e do sentido do medo, dando conteúdos diferenciados em cada tempo e espaço. Assim, os medos dominantes nas sociedades que existiam no passado não são idênticos aos medos que hoje predominam nas sociedades urbano-industriais.

Os efeitos do sentimento do medo determinam a maneira de viver e pensar dos que a ele são submetidos, e neste trabalho esse fenômeno foi abordado sob o enfoque coletivo, como fruto da sensação de insegurança da população frente à percepção dos crimes e da violência, a que chamaremos nesse segmento, como cultura do medo.

Neste contexto, podemos observar sob a ótica de Baierl (2004, p. 48) que a violência urbana vem ampliando o que denominamos de “Cultura do Medo” ou “Medo Social”. Assim, cultura do medo é aqui entendida como uma linguagem que se compartilha, a violência situa o medo e a insegurança como determinantes de ações na vida em comunidade.

De fato, constata-se que é por medo que muitas vezes o ser humano muda seu comportamento e sua forma de se relacionar com outras pessoas, aumentando ou diminuindo o grau de proximidade. Conforme Baierl (2004, p.20), a cultura do medo “vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo”.

Por outro lado, a cultura do medo estabelece um contexto em que o Estado não consegue garantir o “Estado de Direito”. Desse modo, os instrumentos legais não se configuram para a população como legítimos e eficientes, considerando que a polícia aparece como um sujeito que também aterroriza (BAIERL, 2004, p.26-41). Isso revela um Estado limitado em sua política de segurança, sem controle eficaz sobre a violência.

A comunidade, diante da crescente escala de crimes, culpa as instituições policiais e direciona o surgimento de uma postura em que as pessoas buscam resolver seus problemas por seus próprios meios e sob seu entendimento.

Dessa maneira, muitos se tornam sob suspeita, sobretudo os mais pobres que, freqüentemente, são os considerados marginais ou bandidos, o que amplia o preconceito e o distanciamento entre classes em face da desigualdade e da exclusão social. Os indivíduos restringem seus movimentos, evitam sair à noite e a freqüentar determinadas áreas ou locais.

Também sob esse entendimento, percebeu-se nos últimos anos a determinação de uma alteração na paisagem arquitetônica das cidades em decorrência do medo da violência. Aumenta, cada vez mais, o número de domicílios com grades, muros altos, sistemas de alarmes, guaritas e todo um arsenal para proteção às pessoas e ao patrimônio.

Neste quadro, fica evidente que o medo constrói um mercado, cada vez maior, da segurança privada que mantém milhares de empregos. A segurança é hoje uma mercadoria vendida no mercado sob produtos e serviços cada vez mais sofisticados.

As pessoas saem menos de casa, deixam de freqüentar cinemas, bares, restaurantes e os alunos deixam de freqüentar cursos noturnos. Para evitar os ladrões, muitas pessoas deixam em casa seus carros e passam a andar de táxi. O que se observa atualmente é uma verdadeira cultura do medo, na qual se busca insistentemente a proteção contra o crime.

3.3 POLÍCIA MILITAR E SEGURANÇA PÚBLICA

Para o desenvolvimento desse estudo, fez-se necessária a compreensão de segurança como direito social fundamental, o que inclui a prestação do Estado na promoção e garantia do gozo desse direito. Segurança deve ser entendida como responsabilidade de todo o governo, não só das polícias e das pastas responsáveis. Para Bayley (2001, p. 267), “a ordem é uma função essencial para o governo. A sua legitimidade e sua própria existência dependem da capacidade de manter a ordem”.

Segurança pública é de fundamental importância para a solidez do Estado de Direito Democrático. A consagração desse direito visa instituir uma sociedade segura e a falta de segurança afeta todos os princípios fundamentais da pessoa

humana, além de ferir o próprio Estado e suas instituições que se fragilizam pela ineficácia de suas atividades públicas.

A Constituição da República Federativa do Brasil traz a previsão expressa do direito à Segurança Pública nos artigos 5º, 6º e 144:

Título II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)

Capítulo II
Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição.
(...)

O artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil prevê: "segurança pública, dever do Estado, responsabilidade e direito de todos".

Segurança deve ser vista não só como dever do Estado, mas, acima de tudo, como um direito do cidadão. Trata-se de um direito co-relacionado a outros, o que permite afirmar que segurança pública é exercida para a preservação dos direitos fundamentais. Preservar a ordem pública significa contemplar às pessoas seu reconhecimento como a razão de ser do próprio Estado. Portanto, as medidas levadas a efeito pelos órgãos de segurança devem promover a dignidade e possibilitar a paz social às pessoas.

Ingo Wolfgang Sarlet diz:

(...) onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano, onde as condições mínimas para a uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e a identidade do indivíduo forem objetos de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não for garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero arbítrio e injustiças. (2004, p. 118)

Assim, prescrita na Magna Carta do Brasil, o direito à Segurança Pública tem por objetivo contemplar os direitos fundamentais das pessoas, culminando por

atingir a ordem e paz social. As organizações policiais, em especial às polícias militares, cabem o exercício desse importante papel.

No Brasil, as funções de polícia são divididas em duas: polícia administrativa e polícia judiciária. A polícia administrativa corresponde ao poder de polícia em sentido amplo, exercido pelos órgãos da administração pública sobre todas as atividades e bens que afetam ou possam afetar a coletividade em prol do interesse público. Inserida na constituição da polícia administrativa, está a polícia de segurança, exercida pelas polícias militares. Age fiscalizando o cumprimento da lei, atuando de forma preventiva e repressiva.

Álvaro Lazzarini (1999, p. 284-285) afirma que Segurança Pública é:

Estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pelas leis das contravenções penais, com ações de polícia preventiva ou de repressão imediata, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

Nessa perspectiva, a Polícia Militar, órgão da administração direta responsável constitucionalmente pela preservação da ordem pública, executa sua atividade a fim de prevenir e reprimir situações em que se presuma ou ocorra a ruptura dessa ordem social.

Sua fundamentação legal é prevista na Constituição Federal:

Artigo 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...] §5º Às polícias militares cabem a **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.[sem grifo no original]

Portanto, no Brasil, as polícias militares têm a responsabilidade pela execução da polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu ainda competir, privativamente, à União legislar sobre “normas gerais de organização,

efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares” (art. 22, XXI). Também estabelece que os membros das polícias militares, “organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (art. 42).

Assim, as polícias militares são subordinadas aos governadores e financiadas pelos Estados e pelo Distrito Federal, não restando dúvida de que os integrantes de tais corporações são classificados como militares estaduais.

A Carta Magna Paranaense, em seu art. 48, dispõe:

À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, **cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**, a execução de atividades de defesa civil, a prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei. [sem grifo no original].

Então, às polícias militares, integrantes do sistema de Segurança Pública brasileiro, compete a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, por meio do exercício do poder de polícia administrativa, de preservação da ordem pública, ou seja, de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

É possível entender que as Instituições Policiais Militares no desenvolvimento das atividades de polícia agem no sentido de prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que atentem ou violem contra a ordem pública. Partindo desse pressuposto, o sentido de “preservação da ordem”, prescrito como missão constitucional, atinge maior amplitude, o que significa dizer que as ações de manutenção inserem-se como ações predominantemente de polícia que visam à preservação da ordem, ou seja, de resguardar e de defender o estado de paz social.

No cumprimento de sua finalidade (bem-estar social), o Estado deve delinear a atuação das instituições policiais quanto ao controle da criminalidade e da violência. Deve estabelecer uma política de segurança. Atualmente, as polícias militares têm direcionado (até mesmo por conta de uma tendência mundial) ações de proteção à comunidade com a participação efetiva desta, caracterizando assim, o que se denomina ações de polícia comunitária.

Esta ação, de polícia comunitária, notadamente verificada na Polícia Militar do Paraná, a exemplo do que ocorre em outros Estados, diz respeito a estratégias

desencadeadas pelas Instituições Policiais, cujo foco é a participação da comunidade no controle da criminalidade.

Esta estratégia adotada pela PMPR privilegia o modelo proativo ou preventivo de polícia (ação iniciada pela polícia) e decorre tanto em obediência à política de segurança do Estado, como por iniciativa da própria Instituição que direciona suas ações de sorte a ser mais proativa do que reativa ou repressiva (ação iniciada por solicitação do cidadão).

A forma de atuação proativa ou reativa, ou ainda a combinação de ambas traduz a postura institucional. No Brasil, o modelo tradicional de enfrentamento do crime e do criminoso ainda é predominante e caracteriza a postura reativa que aos poucos é abandonada em face da adoção da vertente que privilegia o policiamento voltado para o cidadão e para a solução de problemas, ou seja, uma postura proativa.

Nesse sentido, a PMPR atua a fim de viabilizar a participação ativa da comunidade na preservação da segurança pública, contemplando, além de ações repressivas, as ações proativas, que têm por objetivo prevenir o crime e agir sobre suas causas por meio do envolvimento do cidadão na busca de soluções, sob orientação da polícia militar. Também por meio da redução dos riscos que favorecem a ocorrência de infrações.

Evidente que a simples adoção desse modelo de policiamento se mostrará deficiente para reverter o quadro de insegurança que se vive atualmente, pois, antes de tudo, essa filosofia de trabalho deve estar bem clara para uma Instituição que sempre atuou repressivamente em relação ao crime, bem como para uma sociedade que vê a segurança como dever exclusivo do Estado.

O Coronel Jorge da Silva, inativo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, realiza semelhante abordagem em seu livro 'Criminologia Crítica', ao afirmar que para a implantação do policiamento comunitário no Brasil, dever-se-á indagar sobre os valores culturais da nossa própria sociedade, para saber até onde é possível adotar tal filosofia e que tal questionamento deve analisar primeiro o fato de que a atribuição da polícia no Brasil sempre foi norteadada pela idéia de repressão e não de proteção. Posteriormente, prossegue o Coronel, "se deve analisar o fato de que o espírito comunitário não é marca forte de nossa cultura" (SILVA, 2008. p. 377).

Assim, a implantação de um programa de televisão sob responsabilidade da PMPR, como instrumento de transformação social, revela-se poderoso para o

estabelecimento de uma cultura em que o cidadão é partícipe e responsável pela preservação da ordem pública. Fórmulas tradicionais como sofisticação tecnológica, agressividade nas ruas e rapidez no atendimento de chamadas no telefone de emergência '190' se revelam limitadas e obsoletas na inibição do crime.

Novamente o Coronel Jorge da Silva contribui ao afirmar que:

Se admitirmos que o objetivo de qualquer política pública para a área de segurança, em sociedades conflituosas como as atuais, não é pôr fim à criminalidade, e sim situá-la num limite que não ameace a harmonia social e a própria ordem estabelecida, há que buscar meios mais eficazes do que os utilizados hoje, meios esses a serem empregados em conjunto pelo poder público e pela sociedade civil, no sentido de conter a escalada da violência, e desenvolver formas menos traumáticas de a polícia interagir com a população, sem o que, pretendendo combater a violência, a polícia acaba contribuindo para aumentá-la. (SILVA, 2008, p. 300)

Finalmente, agindo dessa forma, a PMPR contempla o cumprimento do dever do Estado, o de promover a segurança, intrinsecamente verificado nas ações que visam reduzir o medo e a insegurança. Corroborando essa idéia, Baierl (2004, p. 26-48) diz que “o papel do Estado seria não de subjugar pelo medo, mas de libertar os indivíduos desse sentimento, para que vivam em segurança”.

3.4 Polícia, Sociedade e Segurança

A convivência em sociedade trouxe consigo a necessidade do respeito aos direitos alheios, condição indispensável à harmonia social, sob pena da impossibilidade de se manter a ordem e a própria vida.

Desde os primórdios, a sociedade humana viu-se permeada de desvios sociais que exigiam a tomada de posição frente à delinquência dos seus cidadãos. Órgãos policiais e jurídicos foram criados com o objetivo de punir os transgressores, aplicando-lhes penas rigorosas, as quais tinham o condão de reparar o dano causado.

Com o passar dos tempos a segurança tornou-se uma necessidade primária sem a qual o homem não sobrevive. Depreende-se disso que a insegurança provoca desequilíbrios de toda ordem na qualidade de vida do homem moderno, especialmente os residentes nos grandes centros urbanos, onde cresce a delinquência, ocasionando um transtorno conhecido como Síndrome da violência urbana.

A maior parte da comunidade é constantemente exposta a informações sobre crimes, entre estes figuram os homicídios, seqüestros, roubos e outros delitos, não tão freqüentes, mas de grande impacto social pela violência com que são perpetrados.

Nesse contexto, a segurança pública, abrange não somente encargos às polícias, mas de uma ação complexa por parte do poder Público e, modernamente do conjunto social atendido. Especialmente pela nova ordem constitucional, quando diz que a responsabilidade é de todos.

Como exarado no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a comunidade assistida tem sua parcela de contribuição a dar, não mais como mero expectador das ações estatais ou solicitador de socorros públicos, mas como agente reformador da segurança pública, visto que os problemas comunitários e os fatores geradores da delinquência estão permeados no seio da própria comunidade, há que se tratar do mal no seu nascedouro, criando-se para tanto programas governamentais voltados ao resgate social com a participação ativa da comunidade.

Para tanto, o gestor público não pode ser refratário às mudanças, deve entender que os desafios atuais exigem decisões arrojadas que permitam o surgimento da massa crítica capaz de efetuar a revolução na segurança pública, baseada na participação popular.

O crescimento da violência no Brasil constituiu-se como fenômeno concomitante e indissociável do processo de falência e desorganização que atingiu as instituições encarregadas de manter a ordem pública. Evidenciou-se, no curso da transição democrática, que as organizações policiais não conseguiram manter baixas as taxas de criminalidade e nem aumentar a segurança dos cidadãos.

Diante dessas e de outras incapacidades do Estado em garantir a segurança pública e amenizar os efeitos do aumento dos crimes violentos, responsáveis pela crescente sensação de medo, parte da população sente-se compelida a buscar maneiras alternativas de garantir a própria segurança. As classes média e alta da sociedade passaram então a recorrer à proteção privada, como já mencionado anteriormente nesse trabalho.

Pressionada pela nova realidade de violência, medo e insegurança, a sociedade passou também a questionar as reais funções das corporações policiais no Estado democrático – polícia enfraquecida, autoritária, afastada das comunidades, despreparada e atrasada.

As polícias devem buscar um novo modelo de polícia que contemple a tentativa de reverter a descrença pública em relação à eficiência da polícia no combate ao crime, sendo a sociedade o poder de mover essa mudança.

Assim, a Polícia Militar, como instrumento de transformação social, deve buscar novos fundamentos e uma nova ideologia, deve estar ajustada à realidade social, comprometida com toda a população e esta, por sua vez, comprometida com a segurança, incidindo dessa forma, na verdadeira transformação social.

3.5 TELEVISÃO E INFLUÊNCIA

A tecnologia televisiva possibilita a sociabilidade via rede satélite; as distâncias diminuem e o tempo acelera; o ritmo da comunicação humana se dá de forma mais intensa a cada dia e as informações sobre os acontecimentos são fornecidas em tempo real.

No contexto nacional, a televisão é o meio de comunicação de massa possuído por quase toda a população. De acordo com o CGI (Comitê Gestor de Internet no Brasil), a televisão aberta é o meio de comunicação com maior penetração no país (97%), seguida pelo telefone celular (67,6%). Portanto, um programa de televisão pode ser assistido por grande parcela da população e tornar-se de conhecimento comum com extrema rapidez e facilidade.

Na sociedade moderna, os meios de comunicação de massa contribuem e influenciam a opinião do homem, possibilitando perceber e compreender os fatos ocorridos diariamente, sendo possível dizer que seu surgimento representa um dos acontecimentos mais expressivos de nossa era, haja vista a grande capacidade de influir na transformação social.

Independente da maneira, e intensidade que se dá a intervenção no conhecimento humano pelo meio de comunicação de massa, quem detém a capacidade de utilização do meio de comunicação é quem decidirá sobre o que as pessoas vão falar e refletir, o que significa dizer que aquele que possui a capacidade de direcionar o meio de comunicação detém o poder de mobilizar e construir a opinião de acordo com determinado interesse.

Esse entendimento também é defendido por Santos, et. al. (2008, p. 09), que dizem:

Os meios de comunicação, de modo geral, colocam para o público temas de seu interesse, como a questão da violência. (...). Esse pressuposto não defende que a mídia pretenda persuadir o receptor, e sim que ela apresenta ao público uma lista daquilo do que eleger como necessário para opinar e discutir.

Também se corrobora a essa idéia a manifestação de Pedrinho Guareschi, que diz:

Os que detêm a comunicação chegam até a definir os outros, definir determinados grupos sociais como sendo melhores ou piores, confiáveis ou não confiáveis, tudo de acordo com os interesses dos detentores do poder. Quem tem a palavra constrói identidades pessoais ou sociais. (...) Em estudos e pesquisas realizados no campo da comunicação, verificou-se que a opinião pública é preparada com informações de determinadas populações de tal modo que isso pode chegar a justificar até mesmo uma invasão de um país adversário. (GUARESCHI, 2000. p. 15)

Notadamente, a televisão permite a utilização de recursos exclusivos que facilitam o entendimento de uma mensagem, situação esta, que somada à escassez de tempo das pessoas, em face das contingências pessoais e profissionais, determinam a predileção desse meio de comunicação pela população.

Fernanda Rezende Vidigal confirma essa assertiva, mencionando:

As variadas formas de transmissão simbólica inerentes ao sistema televisivo – canal auditivo, imagem visual, edição de cenas, entre outras – possibilitam que os indivíduos, independente de seu nível escolar e desenvolvimento cognitivo, consigam compreender as mensagens, o que não ocorre, necessariamente com os livros e jornais. Nesse sentido, a televisão teria mais efetividade na transmissão de uma mensagem, atingindo um número maior de receptores, se comparada aos outros meios de comunicação de massa. (VIDIGAL, 2008. p. 37)

O modo como são transmitidos os acontecimentos no dia-a-dia sobre crimes e violência ou como são apresentados os programas televisivos com conteúdos dessa natureza podem interferir no grau de segurança. A atenção que o telespectador dá a determinado conteúdo ocorre de acordo com a condução do operador do meio de comunicação que atua no imaginário das pessoas influenciando a atenção de quem assiste a abordagem.

Assim, a mídia exerce função de direcionadora e no desempenho de sua atividade, como vemos constantemente; isso não ocorre buscando a diminuição do medo social; pelo contrário, conforme Oliveira (2005, p. 19), “quanto mais ‘apelativa’ a matéria veiculada, maiores têm sido as chances de que isto se reverta em incremento de audiência e do patrocínio”.

Tal ocorrência é percebida nas apresentações de vários programas policiais, que sob o pretexto de difundir a informação, buscam atender interesses financeiros, empresariais, políticos ou pessoais e para chamar a atenção dos assistentes, dão um ar de espetáculo à notícia. Essa valorização desmedida que se dá à violência, gerando uma percepção de temor superior à realidade e dimensão dos fatos, acaba por aumentar a sensação de insegurança.

Segundo Santos, et. al. (2008, p. 07):

É de interesse das emissoras transmitirem notícias sobre violência por basicamente dois motivos: primeiro, não há sentido em esconder parte da realidade afinal a violência faz parte de nossa realidade; segundo, a transmissão dessas notícias contribuem para o aumento de sua audiência. A população continua, portanto assistindo a programação de violência em seus telejornais prediletos no seu dia a dia, existem até mesmo telejornais especializados em transmitir tais notícias que surgiram a menos tempo do que os telejornais gerais e vem aumentando consideravelmente seu número. A constante apresentação de cenas de violência à população certamente causa impactos a mesma, no entanto, não existe intenção dos telejornais em diminuir essa programação. A violência da maneira como é apresentada e explorada pela mídia, muitas vezes tendendo ao exagero e ao sensacionalismo, pode vir a causar, se é que já não causa, a banalização dos fatos relacionados a violência, ao stress e a insegurança da população.

Trabalhar a criminalidade por meio de um programa televisivo significa tratar de um fenômeno relacionado ao cotidiano dos indivíduos, face ser um comportamento social desestruturado vivenciado todos os dias. Partindo desse foco, é possível dizer que ao abordar esse assunto, por meio de um programa de televisão, a PMPR estará falando do próprio telespectador (por estar envolvido direta ou indiretamente com esse fenômeno), e dessa forma terá a capacidade de participar do processo de formação de um conhecimento.

Assim, um programa televisivo com objetivos definidos e bem orientados tenderá a construir e desenvolver mecanismos para reverter uma realidade. Fato que passa pela reflexão e compreensão e aceitação de determinado conteúdo, levando à execução de ações continuadas, transformando seu entendimento a todo instante de sorte a formar um conhecimento, uma cultura.

Verdades hoje poderão não ser mais amanhã, pois o conhecimento é mutável e está diretamente ligado à ausência de outro conhecimento mais forte e convincente.

Observe-se o que dizem Berger e Luckmann (1995, p. 35): “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”.

Para esses autores, é principalmente pela linguagem que elementos da vida ganham significação, que é construída e transmitida por meio de modernos meios de comunicação social.

Por meio de um novo conhecimento, concebido como cultura, ter-se-á uma modificação de uma realidade, no caso em questão, a responsabilidade de todos pela segurança pública. Nesse sentido, pela constatação até aqui verificada, a televisão exerce ao lado da família, religião, trabalho e escola, uma função importante na socialização das pessoas, pois acabam incorporando comportamentos, atitudes e valores a partir dos programas que assistem.

3.6 A VIOLÊNCIA NA TV

O aumento da violência é real, porém o tratamento dado pela mídia em relação à criminalidade vem sendo gerador de mais temor do que a real dimensão dos fatos. Também, a violência da maneira como é apresentada e explorada pela mídia, muitas vezes tendendo ao exagero e ao sensacionalismo, pode vir a causar, se é que já não causa, a banalização dos fatos relacionados à violência, ao stress e à insegurança da população.

Os meios de comunicação em massa transformaram a violência em uma das suas grandes atrações. No entanto, percebemos que a mídia confere uma grande atenção aos crimes mais violentos e cria-se uma idéia de que estes são os mais freqüentes, o que não é verdade.

Em muitos momentos a seleção das notícias que irão a público pode expressar, também, uma estratégia especificamente focada para capturar audiência e ampliar mercado, o que acaba por aumentar os medos da população, alguns deles até infundados. (GLASSNER, 2003 p. 99-100).

O aumento estrondoso da criminalidade violenta, nos últimos anos, trouxe para a agenda social a questão da segurança pública. Antes restrito, agora a temática da segurança pública alcança o centro das discussões, numa sociedade aflita em meio a um grande incremento da violência e criminalidade.

Na discussão sobre Segurança, a representação da violência pela mídia altera a percepção que temos do fenômeno, pois a cobertura nem sempre é representativa do universo de crimes e sim dos eventos extraordinários e muitas vezes pontuais, fazendo com que haja até certo ponto, exaltação da violência.

A forma e conteúdo de exposição dos vários tipos de violência pela mídia devem ser questionados. Não se trata de qualquer tipo de censura, ao contrário, defende-se uma interlocução cada vez mais consistente entre os profissionais da comunicação, pesquisadores do tema e operadores da segurança pública.

A violência na mídia satisfaz diferentes necessidades: "compensa" frustrações e carências em meio a ambientes problemáticos, ao mesmo tempo em que oferece "emoção" aos que vivem em áreas menos problemáticas. Apesar das inúmeras diferenças culturais, os padrões básicos das implicações ligadas à violência na mídia são semelhantes em todas as partes do mundo. Os filmes, individualmente, não se constituem o problema, mas a extensão e a onipresença da violência na mídia contribuem para o desenvolvimento de uma cultura global agressiva. As "características de recompensa" da agressividade são mais sistematicamente incentivadas do que as formas não agressivas de lidar com a própria vida, fazendo prevalecer, dessa forma, o risco da violência na mídia.

Assim, a onipresença da violência na mídia estimula muito mais as ações violentas para a resolução de simples conflitos cotidianos do que atos pacíficos e de respeito aos outros e a si mesmo.

3.7 A MÍDIA E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE – A IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA TELEVISIVO DA PMPR

Durante o século XX presenciaram-se as grandes mudanças sociais e uma delas foi a transformação da forma de nos comunicar. Hoje, na era da comunicação, tudo nos comunica; tudo nos diz ou quer dizer alguma coisa.

Ela desempenha igualmente funções econômicas, especialmente comerciais, quando estimula, por meio dos seus anúncios, o consumo de bens. Da mesma forma, ela tem um papel cultural na medida em que veicula e consolida hábitos, costumes, gostos etc.

No Brasil, além de se exibir uma violência banalizada, corriqueira e trivial, tem sido também mostrada a violência policial praticada, muitas vezes, de forma ilegal ou ilegítima.

No centro do debate nacional sobre o tema estão as cenas de uma violência real e cotidiana transmitidas pelos telejornais, violência que emerge de forma difusa e desordenada, embora não deixe de ser crônica em sua realidade de manifestação, e de convocar, principalmente, uma interpretação socioeconômica do fenômeno.

Os episódios de violência no país, nomeados como tal, e que ganharam destaque na mídia, além de possuírem todos os ingredientes para se tornarem fatos jornalísticos – escandalosos, cruéis ou inusitados –, são episódios cuja repercussão ocorre por revelarem outras questões que não estão propriamente neles.

Mais do que meras imagens da violência, estas ganham relevo e emergem como fatos de interesse por exporem publicamente para a opinião, reflexão e julgamento do caráter sociocultural das nossas práticas violentas.

Os episódios desta violência cotidiana, banal e ordinária são atos que revelam não só o isolamento dos setores sociais nele envolvidos, como também a impotência da sociedade de resolver seus conflitos.

Portanto, o modo como a mídia fala sobre violência faz parte da própria realidade da violência: as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados. Revela-se, aqui, o caráter estruturador dos discursos.

Se a violência é linguagem – forma de se comunicar algo –, a mídia, ao reportar os atos de violência, surge como ação amplificadora desta linguagem primeira, a da violência.

O aumento dos episódios de violência, ou a sua crescente visualização, nas duas últimas décadas no Brasil fez com que o noticiário sobre a violência migrasse dos redutos editoriais em jornais e telejornais especializados em crimes, e ganhasse destaque, de maneira generalizada, em todos os meios de comunicação.

Os programas jornalísticos começam a dar ao problema da violência criminal uma roupagem novelística. Inserida neste contexto alarmante, a notícia sobre violência começa não só a informar como a emocionar, estimulando a curiosidade, a intolerância e, por fim, o próprio medo.

O fato é que a informação assume a importância de acordo com a forma pela qual é compreendida pela sociedade. Essa compreensão, todavia, pode ser manipulada por interesses que perpassam diluídos nos discursos veiculados na imprensa. As noções sobre criminalidade, por exemplo, nem sempre correspondem à realidade, pois são, em grande parte, influenciadas pela forma como a imprensa (meios impressos e/ou audiovisuais) trata o tema. Existe geralmente uma distorção na percepção da população sobre criminosos e criminalidade, causada, entre outros fatores, pelo preconceito social; pela ênfase da imprensa em certos tipos de crimes de interesse jornalístico; pelo contato com programas televisivos sobre temas; ou ainda pela exploração política do tema da segurança pública.

Assim, o clima de insegurança passado pela imprensa, tocante à violência criminal, de certa forma garante o ideal dominante. Valendo-se crescentemente do arbítrio, esse ideal se fortalece na medida em que adquire legitimidade para decidir quem é criminoso e qual o melhor jeito de eliminá-lo em nome da segurança pública.

Desse modo, o jornal, o rádio, a televisão e agora os meios digitais são dispositivos culturais e sociais. Todavia, quando nesses meios circulam informações sobre o tema violência de forma banalizada, gera-se o clima de pânico e medo na sociedade. Assim, socializa-se um modo de ver e de interpretar o fenômeno que hipertrofia os fatos por meio da espetacularização da notícia e da estética das imagens, desvia o foco da atenção para o perigo imaginário que se restringe e localiza em certos tipos de sujeitos e nas camadas e espaços sociais a eles relacionados.

A construção de uma sociedade menos violenta e mais democrática implica a participação de todos os seus setores e segmentos, uma maior consciência dos seus agentes sociais e ações solidárias, tanto no nível individual quanto institucional.

Nesse sentido, a informação assume grande importância quando surge como um direito social e não como um produto de uso privado de instituições, sejam elas científicas, burocráticas, administrativas ou de comunicação. Ela também tem o potencial, ao ser bem gerada e divulgada, de mediar os processos de conscientização de direitos e de integração dos setores segmentados da sociedade, sobretudo por meio das redes que hoje se formam visando à cidadania, em contraposição ao uso apenas mercadológico.

Parece então evidente a relevância dos meios de comunicação enquanto indústria midiática na contemporaneidade, dado o seu poder de alcance e a sua

força para formar e constituir teias sociais de pensamentos, hábitos e modos de vida, atingindo, indistintamente, vários públicos.

Mídia é um termo utilizado para designar diferentes aspectos, ora conjunto de meios de comunicação de massa, veículos, recursos ou técnicas ou ainda o “conjunto de empresas (e cada uma delas) que produz e mercadoriza informação, entretenimento e publicidade” conforme (PIRES, 2002, p. 34).

A mediação tecnológica altera as noções de tempo e espaço, assim como substitui a experiência formativa por vivências. Há de se considerar que, no campo da comunicação é importante se verificar a interface midiática, e reconhecer a sua intervenção decisiva no papel de definir e orientar o processo informativo, a partir do impacto que produz na dinâmica da opinião pública.

No clima de constante insegurança e conflito entre contextos globais e locais, a mídia representa uma via de mobilização da sociedade, apresentando fatos recentes, instigando o censo crítico, permitindo à população formar opinião, cobrar providências, oportunizando maior visibilidade dos processos.

Desse modo, a informação possui papel preponderante na estratégia de ação, permitindo adoção de opções, mudanças das mesmas, previsão de riscos e eventualidades. Destaca-se na televisão o que se percebe na mídia toda, a sua capacidade de criar, circular, massificar e autorizar hábitos e comportamentos.

Neste trabalho monográfico, pelo curto espaço disponível, não foi possível um aprofundamento maior sobre o processo da natureza do espaço de visibilidade midiática, o que se pretendeu foi tecer breves considerações para uma maior compreensão da problemática do papel desempenhado pela mídia na construção da imagem da instituição da Segurança Pública.

As organizações policiais atuais sentem a necessidade de melhorar e aperfeiçoar os serviços e o componente humano, significando qualidade no relacionamento com a sociedade e da comunicação pela mídia, para o fortalecimento de uma imagem favorável associada à construção de padrões éticos de respeito aos direitos humanos.

A idéia da mídia como ativadora de debates de questões relevantes da cidadania – que acontece em uma esfera pública midiática – precisa da participação da sociedade nesses debates e para isso é necessário que aconteça uma boa veiculação de informações sobre esses assuntos que são de interesse comum.

Por outro lado, entende-se que o descrédito na Segurança Pública deve-se ao poder de percepção e inteligência da sociedade que é construído numa associação das ações dessa instituição no cotidiano com o imaginário popular, embora não se possa negar que uma notícia equivocada ou distorcida repercute na credibilidade da instituição fortalecendo uma imagem negativa.

Nessa perspectiva, fica claro que transformações na sociedade e cultura trazem impactos em diversos campos e disso resulta um incremento de complexidade nas relações entre a instituição Segurança Pública e a mídia causando conflitos que conforme o contexto pode ser considerado como negativo ou como indicativos de necessidade de mudança, aperfeiçoamento e desenvolvimento, exigindo uma maneira construtiva de lidar com novas formas de comunicação.

É de se concluir que uma imagem institucional positiva depende da percepção desta pela sociedade e esta percepção depende da comunicação externa, ou seja, de como a instituição divulga suas ações de trabalho e a sua relação com a sociedade, denotando as qualidades nas ações e a confiança e interação da população com a polícia.

Nesse contexto, um programa midiático dirigido pela instituição policial militar possibilita, por meio dos programas exibidos, a mudança da visão distorcida, seja de um fato, seja da própria imagem da instituição, favorecendo a credibilidade e a confiança junto à população.

A forma como o conteúdo é apresentado no programa, depende da linha editorial a ser seguida, de acordo com política institucional, devendo estar previamente definidas quais as vulnerabilidades e pontos fortes, de sorte a direcionar a receptividade da população, revertendo a sensação de medo e insegurança.

Um programa televisivo sob responsabilidade da Polícia Militar não significa somente a oportunidade de se defender de críticas, de exaltar as ações positivas ou de manifestar sua versão sobre fatos que lhe envolvem. Significa também, diante do contexto de segurança pública, reverter comportamentos e estabelecer hábitos, favorecendo a disseminação da cultura participativa da comunidade no processo de reversão da criminalidade, por meio da exibição de conteúdos que enalteçam a valorização à vida, o respeito à lei e à cooperação comunitária.

4 METODOLOGIA

Conforme Lakatos e Marconi (1992, p. 36), a estruturação de uma idéia parte da investigação de um fenômeno concreto e eleva-se para o nível abstrato, por intermédio da formação de um modelo que represente o objeto de estudo, retomando por fim o concreto.

Assim, o desenvolvimento do tema proposto permitiu formular conclusões sobre o modelo pretendido a partir da análise entre o conceito atual da Polícia Militar perante a comunidade e as bases teóricas fundamentadas quanto à influência da televisão no processo de mudança do comportamento humano em face do direcionamento dos programas televisivos sob responsabilidade da PMPR, objetivando a redução dos índices de criminalidade e violência.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa se configuram como uma confluência de métodos, uma perspectiva multimetodológica, funcionando em sentido de integração de métodos de orientações diversas, que tem caracterizado a construção histórica das ciências sociais e humanas. (LOPES, 2000, p. 120).

Quanto à **natureza**, esta pesquisa classifica-se como teórico-empírica, já que as análises são feitas a partir de levantamento de dados em pesquisa de campo (dados primários) e de pesquisa bibliográfica (dados secundários).

Quanto ao **tratamento de dados**, sob o ponto de vista da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativo-qualitativa. É quantitativa porque busca quantificar e traduzir as opiniões e informações levantadas na pesquisa de campo, analisando-as e classificando-as de acordo com a identificação dos fenômenos relacionados à Organização Policial Militar, e ao processo que envolve os meios de comunicação, o comportamento humano e a criminalidade. Também é considerada qualitativa por estabelecer relação entre os dados concretos e a interpretação subjetiva dos fenômenos identificados, analisados indutivamente. O processo e seus significados são os focos principais da abordagem.

Quanto aos **objetivos**, a pesquisa é descritiva, já que visa descrever a opinião e o conceito da comunidade no que se refere à segurança pública e a Instituição Policial Militar, bem como a relação entre o comportamento humano e a

influência da televisão na determinação da linha dos programas televisivos da PMPR. Envolve a aplicação de questionários e pesquisa bibliográfica para a abordagem do conteúdo.

Quanto ao **procedimento de coleta**, há as dimensões bibliográficas e de campo. A pesquisa é bibliográfica, pois procura explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos já elaborados. A pesquisa bibliográfica como fonte secundária de coleta de dados buscou principalmente a identificação, localização, compilação de livros, monografias, artigos, revistas, sites e dissertações a fim de auxiliar no conhecimento e análise do tema dessa pesquisa. Constitui-se, complementarmente, uma pesquisa de campo, pois se procede à solicitação de informações, mediante a aplicação de um questionário estruturado a uma amostra de pessoas, com o objetivo de se formular conclusões a partir de uma análise quantitativa dos dados coletados.

4.2 SELEÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

A seleção do **local de pesquisa** tem como justificativa inicial, o fato de o município de Maringá ser considerado um pólo regional, sendo atualmente a terceira maior cidade do Paraná e o 66º município mais populoso do país, com taxa de crescimento de 1.86 % ao ano e IDH de 0,84% ao ano, ocupando a 6ª posição no Estado. No ano de 2001, foram recenseados 96.645 domicílios na cidade e 161.757 pessoas incluem a população economicamente ativa, o que representa 56% da população total do município (IBGE/2001).

Outro fator determinante para a escolha do município de Maringá refere-se ao índice de violência, que é medido pelo critério da média de homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, o índice aceitável para cada grupo de 100.000 é de 30 homicídios. Em 2007, a cidade de Maringá apresentou a média de 24,4 homicídios, índice abaixo da média estadual que foi de 25,5 (OMS).

Comparativamente, o município de Foz do Iguaçu, com uma população de 319.189 habitantes (IBGE/2001), registrou em 2007, uma das taxas mais altas do país, com índice de 94,1 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes.

O panorama de segurança pública relacionado entre Foz do Iguaçu e Maringá, diante dos indicadores, demonstra que a cidade de Maringá possui um

quadro em que o fenômeno da violência é visivelmente menos intensa, característica percebida na maioria das cidades brasileiras.

Estudos têm mostrado que a violência e a sensação de insegurança afetam a população de modo desigual, evidenciando tendências diferenciadas nas pessoas em nível nacional, regional e local, no sentido de se manifestarem negativamente com relação à capacidade de controle social por parte das agências estatais, em particular das polícias.

Neste sentido, a seleção do município de Maringá contemplou, diante do contexto citado, a intenção de retratar de forma mais imparcial possível, a manifestação e opinião das pessoas em relação a Polícia Militar e à segurança pública local.

No que se refere à **população**, o universo envolvido na presente pesquisa é formado por 175.635 indivíduos de ambos os sexos, residentes e domiciliados na cidade de Maringá, na faixa etária de 18 a 59 anos. Esse universo corresponde a 61% da população total (288.653 habitantes – IBGE/2001), distribuídos conforme o quadro abaixo demonstra:

Pessoas residentes – Total município - 2001	288.653	%
Pessoas residentes – 18 a 19 anos - 2001	11.251	4%
Pessoas residentes – 20 a 24 anos - 2001	26.513	9%
Pessoas residentes – 25 a 29 anos - 2001	24.083	8%
Pessoas residentes – 30 a 39 anos - 2001	49.257	17%
Pessoas residentes – 40 a 49 anos - 2001	39.100	14%
Pessoa residentes – 50 a 59 anos - 2001	25.431	9%
Total Faixa Etária Amostra	175.635	61%

QUADRO 1. POPULAÇÃO RESIDENTE EM MARINGÁ
FONTE: IBGE 2001

O tamanho mínimo da **amostra** foi calculado pela fórmula de Barbetta (2001, p. 60), sendo a amostra composta por 622 (seiscentas e vinte e duas) pessoas de ambos os sexos.

Conforme Barbetta (2001, p. 60), a seleção dos colaboradores da amostra pode ser efetuada por um sorteio sem restrições, compondo uma amostragem aleatória simples, que oferece maior segurança quando os resultados da amostra são generalizados para a população.

Cálculo da amostra:

Conforme Barbetta (2001, p.60), tem-se:

N = Tamanho da população

E_0 = Erro amostral tolerável

N_0 = Erro amostral (Aproximação da amostra)

n = Tamanho da Amostra

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \qquad n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Assim:

$$n_0 = \frac{1}{0,04^2} \qquad n = \frac{175.635 \times 625}{175.635 + 625}$$

$$n_0 = \frac{1}{0,0016} = 625 \qquad n = \frac{109.771.875}{176.260}$$

$$n = 622$$

OBS: Erro amostral tolerável com 90% de representatividade = 0,04

4.3 MÉTODO E INSTRUMENTO DE PESQUISA

Como método de pesquisa foi escolhido o levantamento de informações por meio da investigação bibliográfica e da pesquisa de campo, sendo o questionário o procedimento de pesquisa.

O questionário foi estruturado com sete perguntas objetivas, compostas cada uma delas, com quatro opções de resposta em formato de múltipla escolha acerca da opinião da comunidade sobre a Polícia Militar e sobre o contexto de segurança pública que lhe envolve. As questões foram formuladas de acordo com os objetivos propostos para o presente estudo, a fim de se definir a linha a ser seguida nos programas televisivos da PMPR, de acordo com o cenário de segurança constatado junto à comunidade.

Também foi apresentado no mesmo formulário de questionário, um quadro de pesquisa contendo cinco campos, para preenchimento em caráter de múltipla escolha, com o fim de levantamento da condição sócio-econômica e demográfica da amostra.

Obedecendo ao critério mencionado, o questionário é estruturado conforme demonstra o quadro abaixo:

Objetivos	Pergunta	Relação
1. Demonstrar o grau de confiança da comunidade em relação à PMPR	1	Confiança Comunitária
2. Demonstrar o grau de satisfação da comunidade em relação à PMPR	2	Satisfação Comunitária
3. Verificar a disposição da sociedade pela segurança pública	3; 5	Interesse Comunitário
4. Verificar a visão que a comunidade tem da PMPR	4; 6; 7	Visão Comunitária

QUADRO 2. OBJETIVOS DA PESQUISA DE CAMPO
FONTE: O autor (2009)

4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Ao final, os dados coletados foram quantificados na forma de gráficos percentuais, de sorte a facilitar o entendimento da análise acerca dos resultados.

A análise buscou, de forma qualitativa, apresentar o contexto de segurança pública por meio de interpretações das opiniões e atitudes das pessoas, a fim de

abrir espaço para manifestações reflexivas quanto à relação entre a influência mediática na redução da violência, de acordo com o referencial teórico que serviu de base para esse estudo, bem como quanto à linha editorial que pode ser estabelecida para os programas televisivos da PMPR, visando a um contexto favorável para a segurança pública.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

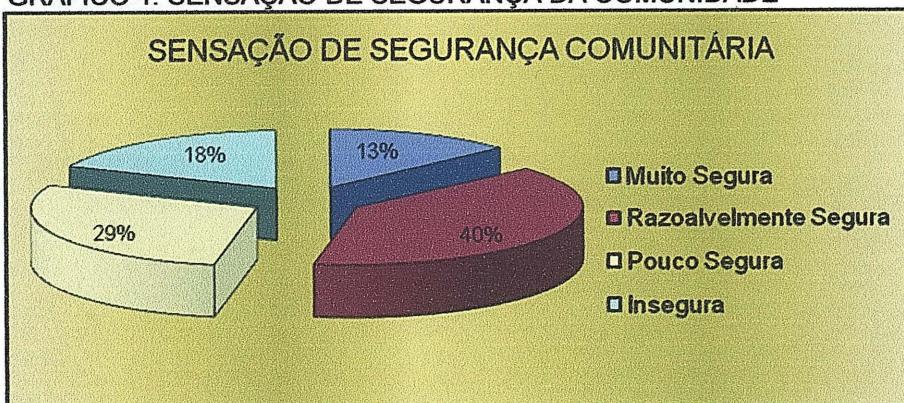
Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários a uma amostra de 622 (seiscentos e vinte e duas) pessoas, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 59 anos, residentes na cidade de Maringá, PR.

O questionário foi estruturado com questões fechadas tendo como objetivo obter as diferentes percepções e opiniões da amostra em relação aos temas como sensação de segurança, satisfação com o trabalho da PM, preocupação da comunidade brasileira, confiança na polícia militar, causas que prejudicam a PM no combate ao crime, ações de auxílio da comunidade no combate à violência e imagem que a PM transmite.

Também foram feitas perguntas demográficas a fim de definir o grau de escolaridade, idade e sexo das pessoas que responderam aos questionários, bem como a renda familiar. Estas informações não foram objetos de análise.

Primeiramente, os dados levantados foram dispostos na forma de gráficos e quantificados percentualmente, visando à melhor visualização dos resultados. Posteriormente, foi feita a análise dos resultados, com explicações e comentários acerca da linha editorial a ser definida para o programa televisivo sob responsabilidade da PMPR em face dos dados levantados, bem como acerca da relação entre a influência midiática sobre a comunidade e a contribuição proporcionada à Polícia Militar, considerando-se a linha editorial dos programas televisivos a ser adotada.

GRÁFICO 1. SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE



FONTE: O autor (2009)

Com referência à sensação de segurança da comunidade, denotou-se um resultado bastante equânime, significando que o quadro explorado em diversificadas oportunidades, de que a segurança pública é ineficiente, não condiz com a realidade, pois a diferença do percentual daqueles que dizem se sentirem pouco seguros ou inseguros (47%) em relação ao índice dos que dizem se sentirem seguros ou razoavelmente seguros (53%) é mínimo, fator que pode ser utilizado favoravelmente pela PM em um programa televisivo, por meio de uma linha editorial que fortaleça essa sensação de segurança pública, traduzida pela divulgação maciça de ações que valorizem a eficiência organizacional, ou seja, o cumprimento do serviço PM, aumentando assim a sensação de segurança e inibindo a ação criminosa.

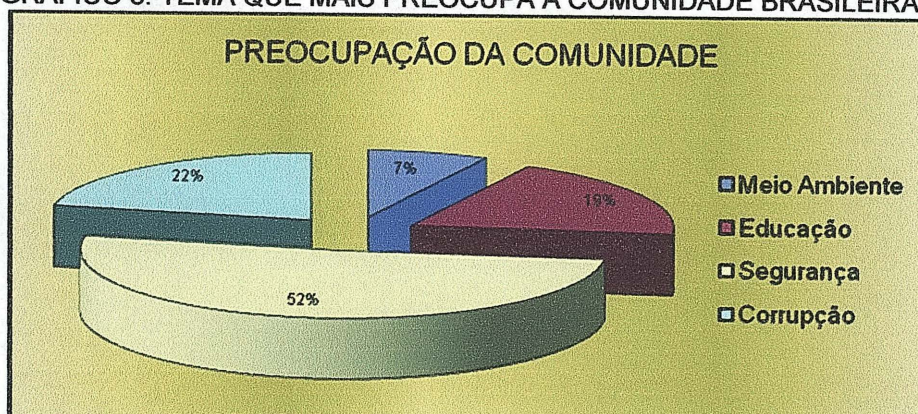
GRÁFICO 2. SATISFAÇÃO DA COMUNIDADE COM O TRABALHO DA PM



FONTE: O autor (2009)

A análise da satisfação comunitária com o trabalho da PM demonstra que grande parcela das pessoas (64%) estão satisfeitos com o trabalho da PM, traduzindo credibilidade da instituição, o que estabelece uma condição potencial receptiva à PM que deve ser explorada pelo programa televisivo, ou seja, deve ser observada a valoração da PM.

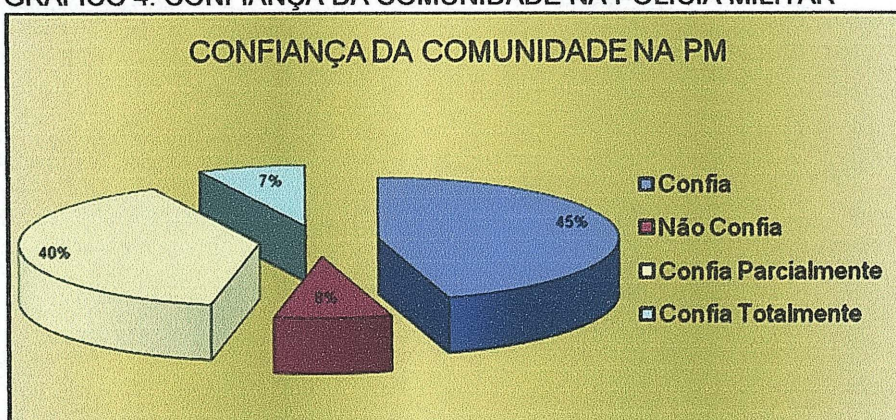
GRÁFICO 3. TEMA QUE MAIS PREOCUPA A COMUNIDADE BRASILEIRA



FONTE: O autor (2009)

Os dados expressados no gráfico apresentam uma condição de atenção e que exige maior reflexão por parte da PM, haja vista a questão segurança ser considerada, dentre outros, o tema que mais preocupa a comunidade brasileira (52%), tendo inclusive superado o tema educação (19%), que de igual forma está afeto, direta ou indiretamente, a todos os cidadãos, devendo ser observada uma linha editorial que explore a exposição da problemática social do país e outros fatores como vetores da criminalidade, a fim de que a comunidade tenha uma visão contextualizada, mudando o foco do tema segurança, o que favoreceria a confiança e a imagem da PM.

GRÁFICO 4. CONFIANÇA DA COMUNIDADE NA POLÍCIA MILITAR

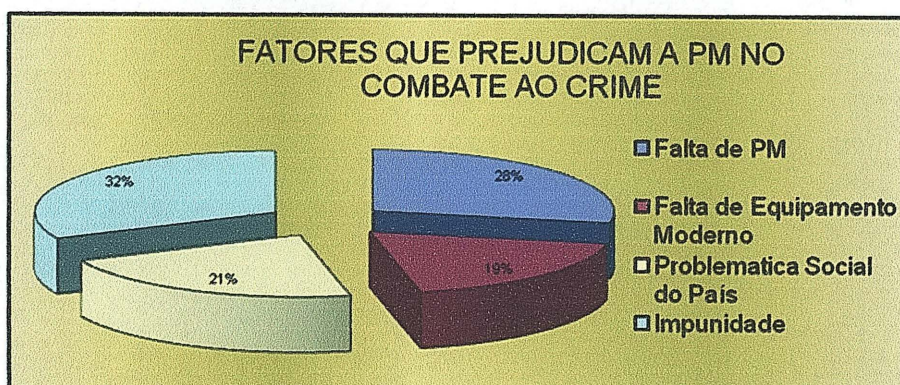


FONTE: O autor (2009)

Neste quarto questionamento, buscou-se identificar a confiança da opinião pública na PM, não sendo constatada grande diferença entre os que confiam (52%) e os que não confiam ou que confiam parcialmente (48%), o que reforça a idéia de reflexão e discussão por parte da PM quanto à sua aceitação junto à comunidade. A

partir destes resultados pode-se dizer que um programa televisivo da PM poderia explorar e estimular a influência da confiança nas pessoas de forma mais eficiente em face da maior abrangência, enaltecendo ações organizacionais eficazes.

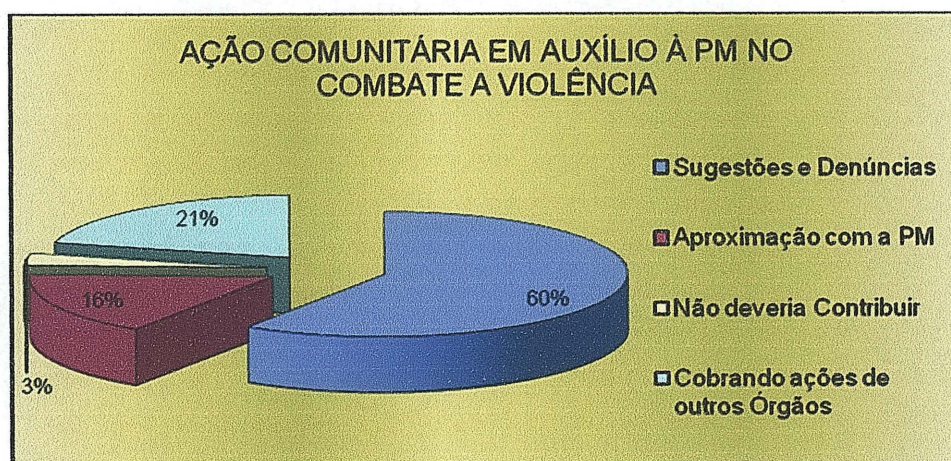
GRÁFICO 5. FATORES QUE PREJUDICAM A PM NO COMBATE AO CRIME



FONTE: O autor (2009)

É relevante notar que 32% da amostra entendem que a impunidade é o fator que mais prejudica a PM no combate ao crime, o que demonstra que não é propriamente a Organização PM a única responsável pelo aumento do crime e violência. Porém, deve ser destacada a possibilidade de um trabalho midiático que estimule a participação comunitária em denúncias de fatos que ensejem a punição de infratores, ou seja, a participação comunitária.

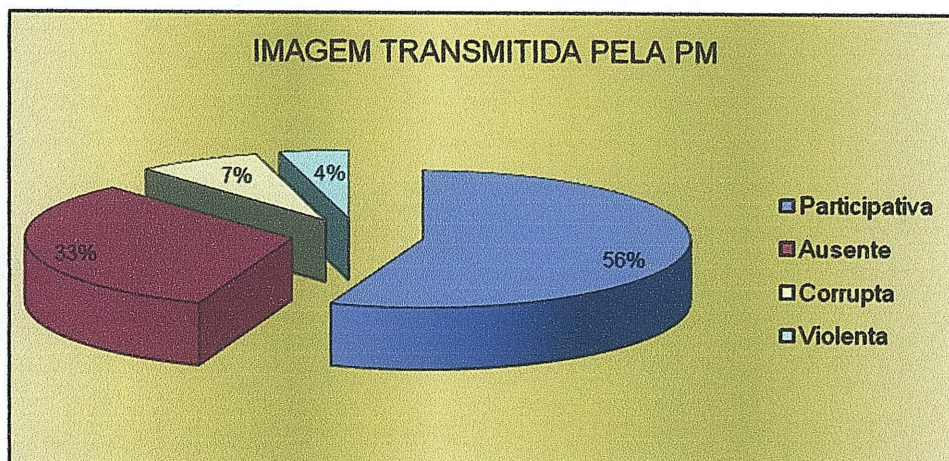
GRÁFICO 6. AUXÍLIO COMUNITÁRIO À PM CONTRA A VIOÊNCIA



FONTE: O autor (2009)

Como se pode ver, existe predominância de indivíduos que se dispõem em auxiliar a PM no combate ao crime por meio de sugestões e denúncias (60%), o que favorece a exploração de um programa televisivo que incentive a participação comunitária nos programas e projetos desenvolvidos pela Organização, conforme mencionado na análise anterior.

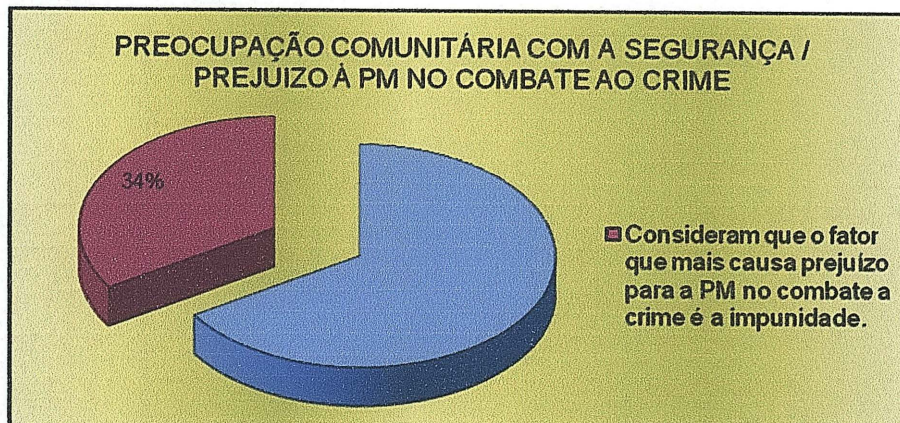
GRÁFICO 7. IMAGEM TRANSMITIDA PELA POLÍCIA MILITAR À COMUNIDADE



FONTE: O autor (2009)

Pode-se notar no gráfico nº 7 que embora ocorra predominância de uma imagem participativa da PM, grande parcela da população (33%) diz não perceber a participação da PM, o que demonstra a necessidade de maior divulgação midiática das ações desenvolvidas e que incidem em participação da organização junto à comunidade, haja vista a maior parcela das pessoas dizer que a PM transmite imagem participativa, o que favorece o aumento da confiança e sensação de segurança.

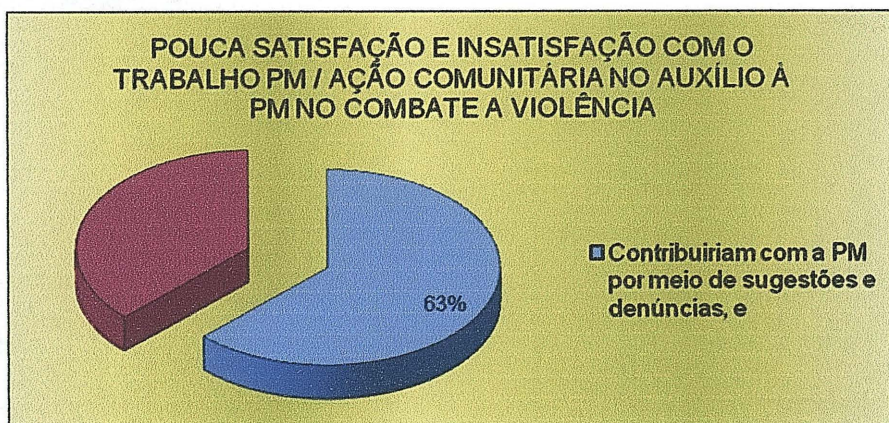
GRÁFICO 8. RELAÇÃO ENTRE A PREOCUPAÇÃO COMUNITÁRIA COM A SEGURANÇA E OS FATORES QUE CAUSAM PREJUÍZO À PM NO COMBATE AO CRIME



FONTE: O autor (2009)

A pesquisa demonstrou que metade das pessoas (52%) considera que o tema que mais preocupa a população refere-se à segurança pública. Importante destacar que, deste universo, a maioria (34%) diz que a impunidade é o fator que mais causa prejuízo à PM no combate ao crime, demonstrando-se desta forma que as determinantes da preocupação comunitária não estão ligadas diretamente à PM, o que denota credibilidade organizacional e aceitação potencial em um programa televisivo a ser exibido.

GRÁFICO 9. RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE POUCA SATISFAÇÃO OU INSATISFAÇÃO E O AUXÍLIO COMUNITÁRIO À POLÍCIA MILITAR NO COMBATE À VIOLÊNCIA

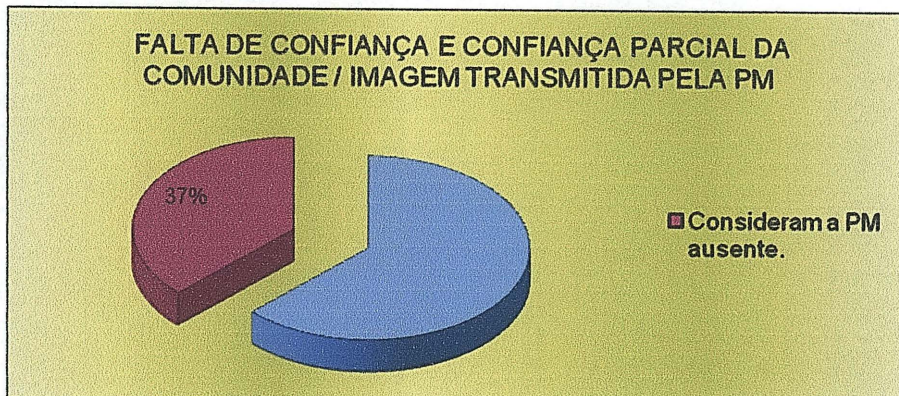


FONTE: O autor (2009)

Os dados levantados na pesquisa de campo demonstraram que 36% das pessoas se sentem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o trabalho PM, porém

constatou-se que significativa parcela deste público (63%), embora sob esta condição, contribuiria com a PM por meio de sugestões e denúncias, implicando na adoção de uma linha editorial que contemplasse ações eficazes, favorecendo dessa forma a construção de contentamento público.

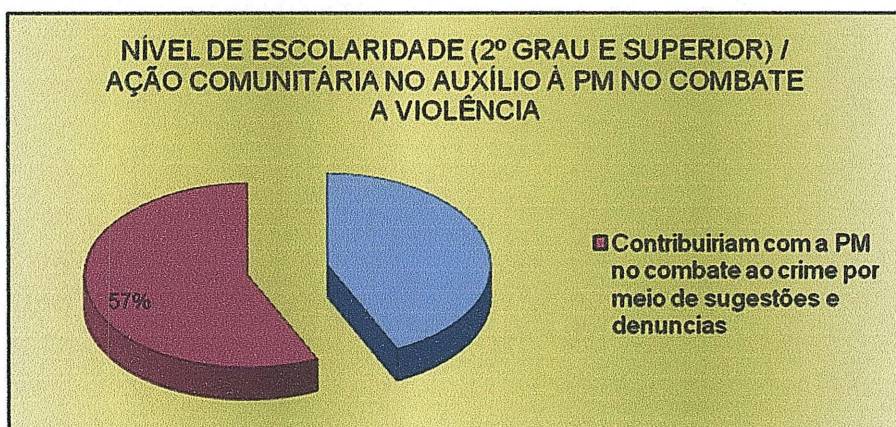
GRAFICO 10. RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE CONFIANÇA OU CONFIANÇA PARCIAL E A IMAGEM TRANSMITIDA PELA POLÍCIA MILITAR



FONTE: O autor (2009)

Com referência à questão de confiança da comunidade na PM, constatou-se que 48% das pessoas dizem não ter confiança ou confiar parcialmente na PM, porém destaque-se que boa parte desse universo (37%) considera a PM ausente, o que significa dizer que além da Organização otimizar a aplicação de seu contingente, deve divulgar mais eficientemente tais ações de trabalho junto à comunidade, de sorte a possibilitar mudança da imagem da instituição.

GRAFICO 11. RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2º GRAU E SUPERIOR) E O AUXÍLIO COMUNITÁRIO À POLÍCIA MILITAR NO COMBATE À VIOLÊNCIA.



FONTE: O autor (2009)

Os resultados de nossa pesquisa de campo tentando obter relações entre o nível de escolaridade e a ação comunitária no auxílio à PM no combate à violência evidenciaram primeiramente um padrão claro, 76% das pessoas possuem nível 2º grau ou superior. Desse público, parcela superior à metade (57%) contribuiria com a PM no combate ao crime por meio de sugestões e denúncias, o que significa dizer a população melhor intelectualizada da sociedade, e com grande poder de formação de opinião é favorável à integração com a PM, revelando excelente campo para exploração do programa televisivo de uma linha editorial que incentive a participação comunitária em face essa suscetibilidade.

GRÁFICO 12. RELAÇÃO ENTRE A RENDA MENSAL (ATÉ 6 SALÁRIOS MÍNIMOS) E A IMAGEM TRANSMITIDA PELA POLÍCIA MILITAR



FONTE: O autor (2009)

Por último, a análise entre a renda mensal e imagem transmitida pela PM demonstra uma informação significativa, 82% das pessoas possuem renda familiar até 06 (seis) salários mínimos e desse público, grande parcela (44%) diz que a PM é ausente, o que significa dizer que a Instituição deve primeiramente buscar formas que contemplem a inclusão desse público em seus programas e projetos de interação comunitária, com direcionamento paralelo do conteúdo dos programas televisivos, os quais devem atentar para a aproximação com esta camada da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal demonstrar a importância em se definir a linha editorial a ser seguida pelo programa televisivo sob responsabilidade da Polícia Militar do Paraná.

O desenvolvimento de um programa televisivo sob responsabilidade da PMPR como coadjuvante na construção da confiança e da credibilidade Institucional e como propulsor da participação comunitária no processo de tentativa de reversão da violência, bem como na melhoria da imagem da instituição e exposição transparente das ações policiais militares faz com que esse instrumento se torne necessário e importante.

Buscar a reformulação na forma como a comunidade vê a Polícia Militar significa que essa nova estratégia de utilizar a televisão como instrumento de influência deve ser direcionada por um diagnóstico real e atual acerca do entendimento da comunidade, bem como pelas expectativas da sociedade e da Instituição Policial Militar em relação ao contexto de segurança pública.

A efetivação da estratégia em se estabelecer a construção do conceito e imagem da Corporação por meio de um programa de televisão passa por diversificadas etapas que vão desde a elaboração de estudos até a seleção da equipe de apresentadores, porém a definição da linha editorial a ser seguida pelos programas televisivos está ligada diretamente à intenção de reduzir a sensação de insegurança, e nesse sentido assume papel tão ou mais importante que o próprio conteúdo a ser exibido pelos programas.

A síntese dos resultados apresentou um panorama das interpretações das impressões e percepção das pessoas e sob o ponto de vista da satisfação e confiança comunitária, é possível afirmar que a Polícia Militar atende as expectativas de segurança pública, pois é evidenciado na pesquisa de campo que apenas 7% da população entrevistada se manifestam insatisfeitas ou que não confiam na PM.

A partir da pesquisa de campo constatou-se predominância de uma imagem participativa da Corporação, o que pode ser justificado pela efetivação de programas e projetos atualmente desenvolvidos pela PMPR e que contemplam a participação de membros da comunidade e órgãos públicos e privados na busca de soluções

para a segurança pública, e pela colocação do policial militar como elo de relações públicas da Instituição.

Da idéia que se procurou desenvolver neste trabalho, verificou-se na pesquisa de campo que a comunidade melhor intelectualizada é disposta a participar do processo de redução da violência e criminalidade por meio de sugestões e denúncias à Polícia Militar, em face da significativa preocupação da população com o tema segurança, também constatado na pesquisa, o que pressupõe um multiplicador favorável aos propósitos da Organização Policial, em face da capacidade desse público em conduzir a opinião pública.

O estudo mostrou a perspectiva encontrada na comunidade em relação ao conceito e imagem da Polícia Militar, oportunizando dessa forma o direcionamento que pode impactar as pessoas por meio do programa televisivo, uma vez que essa influência midiática afeta comportamentos e relacionamentos. Assim, a forma como a programação midiática é colocada, as pessoas por meio da interpretação, internalizam comportamentos e contribuem na reformulação da percepção da comunidade em relação à Corporação.

Do que se pode concluir constatou-se que a utilização de um programa televisivo sob responsabilidade da PMPR proporcionará mudança na forma de como a Instituição é vista e percebida pela comunidade, uma vez que a capacidade midiática, juntamente com a disposição da comunidade em participar do processo de redução da violência se revelam como os componentes principais na construção de uma percepção favorável.

Mesmo que a trajetória da pesquisa tenha demonstrado que a impunidade é o fator que mais afeta o combate à violência, o que subjetivamente denota credibilidade da Corporação, e mesmo que o nível de satisfação e confiança institucional tenha sido favorável, observou-se que boa parte do público insatisfeito alega a ausência da PM, o que deve servir como alerta para observação e reflexão organizacional.

Comprovadamente, conforme fundamentado neste estudo, a sociedade interage com a mídia e responde de acordo com os estímulos recebidos. Neste sentido, é de fundamental importância a implantação de programa televisivo sob responsabilidade da Polícia Militar que contribua, por meio da influência midiática, para a redução dos índices de violência, pois a mudança da perspectiva é

determinada por meio do perfil predominante, nesse caso específico, a opinião pública.

A efetivação dessa pretensão é consolidada por meio de uma política institucional bem definida, ou seja, pelo estabelecimento claro da linha editorial a ser seguida pelos programas televisivos, contemplada nesse estudo, pela participação comunitária em face da sua disposição em participar do processo de melhoria da segurança pública, porém no entendimento deste autor ficou evidenciado que se deve ter em mente, que mais importante do que decidir em influir na realidade, é crucial perceber o cenário de segurança pública existente a fim de que as ações do instrumento midiático institucional sejam efetivas e eficazes e para que seja entendido como instrumento de transformação social, visando, desta forma, ao bem comum e da Instituição Policial Militar.

REFERÊNCIAS

BAIERL, Luzia F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: Uma análise internacional comparativa**. São Paulo: EDUSP, 2001. Coleção Polícia e Sociedade.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Violência e Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 27. ed. Brasília: Saraiva, 2005.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. **Fonte de informação**. Disponível em: <[http:// www.CGI.br](http://www.CGI.br)> Acesso em: 21/04/2009.

DIREITOS HUMANOS NA INTERNET. **Fonte de informação**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/interagir/dicionário/index.html>>. Acesso em: 03/04/2009.

GUARESCHI, Pedrinho (Coord.). **Comunicação e Controle Social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. São Paulo: Editora Francis, 2003.

LAKATUS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LOPES, Daniel Barsi. **Violência e Cidadania na Sociedade Midiatizada: O programa Linha Direta sob a ótica da recepção**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. 449 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Uma metodologia para as pesquisas das mediações. In: **Coletânea mídias e recepção**. São Leopoldo: Unisinos/compos, 2000.

PENA, Felipe. **1000 Perguntas sobre Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

MORAIS, Regis. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Fonte de informação**. Disponível em: <<http://ONU.org>> Acesso em: 03/04/2009.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná, 1989. Ed. especial rev. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, C. A. *et al.* **A violência nos telejornais:** Formas de interpretação e impacto social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 31 p. Trabalho (graduação) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2008.

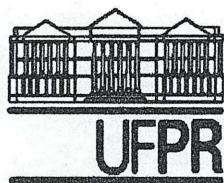
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, Jorge. **Criminologia Crítica.** Segurança e Polícia. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

VIDIGAL, Fernanda Rezende. **A Televisão Pública no Brasil:** Um estudo sobre estratégias de manutenção da ordem. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 150 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, São Paulo, 2008.

WACQUARD, Loic. **Raízes da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS COM
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



QUESTIONÁRIO

Caro cidadão (ã),

Sou aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Polícia Militar do Guatupê - PR e estou realizando um trabalho técnico-científico cujo tema é: A implantação de um programa televisivo de responsabilidade da Polícia Militar do Paraná.

Sua participação como entrevistado (a) é muito importante no processo de melhoria da segurança pública. As questões abaixo visam demonstrar o nível de confiança, o grau de satisfação e de interação que a comunidade tem em relação à polícia militar, que servirá para estabelecer a linha que deve ser seguida pelos programas televisivos.

Não é necessário identificar-se.

Sua opinião é muito importante!

Obrigado.

1. Em sua opinião, como a sociedade se sente em relação à segurança pública?

- ☐ () muito segura
- ☐ () razoavelmente segura
- ☐ () pouco segura
- ☐ () insegura.

2. Você está satisfeito com o trabalho da polícia militar? Indique o grau de satisfação.

- ☐ () muito satisfeito
- ☐ () satisfeito
- ☐ () pouco satisfeito
- ☐ () insatisfeito

3. Em sua opinião, dentre os temas apresentados qual o que mais preocupa a comunidade brasileira?

- ☐ () meio ambiente
- ☐ () educação
- ☐ () segurança
- ☐ () corrupção

4. Em sua opinião, qual a principal dificuldade da polícia militar em combater o crime?

- ☐ () falta de policiais
- ☐ () falta de equipamentos
- ☐ () falta de apoio da comunidade
- ☐ () impunidade

5. Em sua opinião, o que é necessário para reduzir a violência e a criminalidade?

- ☐ mudança da estrutura policial
- ☐ maior investimento do governo na área social
- ☐ maior investimento na educação
- ☐ maior rigor nas penalidades aos criminosos

6. Em sua opinião, como a comunidade poderia auxiliar a polícia militar em ações contra a violência?

- ☐ contribuindo com sugestões e denúncias
- ☐ melhorando a aproximação com a polícia militar
- ☐ não deveria contribuir, segurança é dever do Estado
- ☐ cobrando ações de outros órgãos do governo

7. Em sua opinião, como pode ser considerado o trabalho da polícia militar em relação a sua comunidade?

- ☐ participativo
- ☐ presente, porém pouco participativo
- ☐ inexpressivo
- ☐ ausente

8. De modo geral, como é a receptividade da comunidade em relação à tentativa de incluí-la em programas da polícia militar?

- ☐ positiva
- ☐ negativa
- ☐ tímida
- ☐ indiferente

9. De modo geral qual a imagem que a Polícia Militar transmite?

- ☐ polícia eficiente
- ☐ polícia comprometida com o serviço
- ☐ polícia corrupta
- ☐ polícia violenta

10. Em sua opinião, de modo geral, o policial militar é um profissional que:

- ☐ não cumpre seu papel de proteção ao cidadão
- ☐ presta um serviço relevante à comunidade
- ☐ não tem sua profissão valorizada pela sociedade
- ☐ tem sua profissão valorizada pela sociedade

Pesquisa demográfica/sócio econômica.

Sexo	Marcar "X"
Masculino	
Feminino	

Idade	Marcar "X"
Entre 18 e 24 anos	
Entre 25 e 31 anos	
Entre 32 e 38 anos	
Entre 39 e 45 anos	
Acima de 45 anos	

Estado civil	Marcar "X"
Solteiro	
Casado	
Divorciado	

Nível de escolaridade	Marcar "X"
Analfabeto	
1º grau	
2º grau	
Superior	
Pós graduado	
Outro	

Renda mensal da família	Marcar "X"
Até 2 salários mínimos	
3 a 6 salários mínimos	
7 a 10 salários mínimos	
11 a 15 salários mínimos	
Acima de 15 salários mínimos	